



# MASSIGNAN

Advogados Associados

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – ESTADO DO PARANÁ.**

***Pregão Eletrônico nº 201/2022***

A empresa **ITAMAR LUIS GUIMARÃES E CIA LTDA– EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.686.030/0001-17, com sede na Rua Prudente de Moraes, nº 504, Sala 02, Bairro Centro, Dois Vizinhos – PR, endereço eletrônico [megainformaticadv@gmail.com](mailto:megainformaticadv@gmail.com), telefone/fax (46) 3536-1021, representado por seu sócio proprietário **ITAMAR LUIS GUIMARAES**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4.591.785-1, inscrito no CPF/MF nº 596.073.949-68, residente e domiciliado na rua Atanásio Pires, nº 467, Centro, Dois Vizinhos – PR, por intermédio de seus advogados infra-assinados (procuração anexo), com sociedade registrada junto a OAB/PR sob o nº 7079, com escritório profissional situado na Rua Prudente de Moraes, nº 504, 1º Andar, Centro, Dois Vizinhos PR, onde recebem notificações/intimações na forma da Lei, vem, mui respeitosamente perante V.Sa., através de seu representante legal, em prazo hábil, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, em face do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2022 - Protocolo nº 361/2022, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

---

Rua Prudente de Moraes, n. 504, 1º andar, Dois Vizinhos – Estado do Paraná  
Rua Santos Dumont, 170, próximo a Mavielin, Centro, Itapejara D'Oeste  
E-mail: [advmassignan@hotmail.com](mailto:advmassignan@hotmail.com)  
Telefone: (46)3536-5154 ou (46)3536-6463 – Dois Vizinhos  
(46) 3526-1215 – Itapejara D'Oeste



# MASSIGNAN

Advogados Associados

## 1. DO CABIMENTO

A empresa recorrente apresenta a presente impugnação tempestivamente, contra o edital publicado pelo pregoeiro oficial, considerando que a empresa impugnante identificou irregularidade na aplicação da Lei, requerendo a sua correção e regularização, conforme garantia prevista no próprio edital, vejamos:

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o(s) endereço(s) eletrônico(s): kalyandra.araujo@doisvizinhos.pr.gov.br ou mateus.lima@doisvizinhos.pr.gov.br, até as 23 horas e 59 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 A impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, dirigida ao(a) pregoeiro(a) e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone com DDD e endereço eletrônico.

4.3 O(a) pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação.

4.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Neste mesmo sentido é o que dispõe o art. 12, do Decreto nº 3.555/2000, vejamos:

**Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.**

Por fim, é o que determina o art. 24, do Decreto nº 10.024/2019, vejamos:

**Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três**





# MASSIGNAN

Advogados Associados

*dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.*

Diante disto, é totalmente cabível a presente impugnação.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante esclarece que identificou erro e equívoco no item 4 – SOBRE A PROPOSTA, mais especificadamente ao item **4.2** do mesmo, perante a página 49 do Processo Licitatório nº 201/2022 - Protocolo nº 361/2022, vejamos:

### 4 – SOBRE A PROPOSTA:

4.1 O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta.

**4.2 No preço total por item/lote do objeto licitado, deverá constar até 2 (duas) casas decimais, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no edital.**

4.3 As propostas que apresentarem valor superior ao máximo estabelecido serão automaticamente desclassificadas para esse certame pelo(a) pregoeiro(a).

4.4 A empresa deverá incluir na contraprestação todos os custos, inclusive a despesa de entrega do objeto.

Diante desta situação percebe-se o equívoco constante em limitar em **“até 2 (duas) casas decimais, expressos em moeda corrente nacional”**, pois, inexiste na Lei de licitações, exigência para que os preços sejam cotados/limitados com duas casas decimais após a vírgula, evidenciado uma restrição e notória ofensa ao Princípio da Competitividade e da Economicidade.

Com isto, notadamente o item 4.2 exposto anteriormente vai de encontro com o item 3.4 do mesmo, vejamos:



# MASSIGNAN

Advogados Associados

3.4 No(s) item(ns)/Lote(s) destinado(s) à cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, após verificação das licitantes que possuem prioridade de contratação, o(a) pregoeiro(a) convocará o licitante LOCAL/REGIONAL caso o mesmo esteja no limite dos 10% (dez por cento) do preço válido de uma empresa NÃO LOCAL/REGIONAL. Caso a empresa LOCAL/REGIONAL CONVOCADA, for desclassificada, passa para a próxima local/regional (se existir), caso contrário, volta o item para a convocação do PRIMEIRO COLOCADO NÃO LOCAL/REGIONAL.

**3.4.1 As empresas locais sediadas no município de Dois Vizinhos terão preferência em relação as demais licitantes, mesmo que seu último lance esteja até 10% (dez por cento) acima do melhor lance verificado ao término da etapa de lances.**

No mesmo sentido é o que consta ao item 13 – Do critério de Aceitabilidade da Proposta Vencedora, vejamos:

***13.14 Após verificação das licitantes que possuem prioridade de contratação, o(a) pregoeiro(a) convocará o licitante LOCAL/REGIONAL caso o mesmo esteja no limite dos 10% (dez por cento) do preço válido de uma empresa NÃO LOCAL/REGIONAL. Caso a empresa LOCAL/REGIONAL CONVOCADA, for desclassificada, passa para a próxima local/regional (se existir), caso contrário, volta o item para a convocação do PRIMEIRO COLOCADO NÃO LOCAL/REGIONAL.***

***13.14.1 As empresas locais sediadas no município de Dois Vizinhos terão preferência em relação as demais licitantes, mesmo que seu último lance esteja até 10% (dez por cento) acima do melhor lance verificado ao término da etapa de lances.***

Assim, tendo por base que licitação se trata da locação de equipamentos de impressão, que posteriormente acarretara na disputa entre os participantes da licitação em centavos sobre as impressões, com aplicação da Lei municipal que beneficia as empresas locais nos 10% (dez por cento), havendo limitação em 2 (duas) casas decimais haverá prejuízo aos participantes, e da mesma forma que o edital fere diretamente o benefício concedido as empresas locais.



Veja-se, exemplificando, com o próprio valor constante no edital referente ao valor por página corresponde à R\$ 0,13 (treze centavos), aplicando os 10% (dez por cento) em prol da empresa Local, sobreviria o valor de R\$ 0,117 ou seja, não haveria possibilidade de arredondamento para apenas 2 (duas) casas decimais, pois, aí haveria prejuízo a empresa participante do processo licitatório, e a não aplicação correta do benefício dos 10% disposto no edital às ME e EPP do município licitante Local.

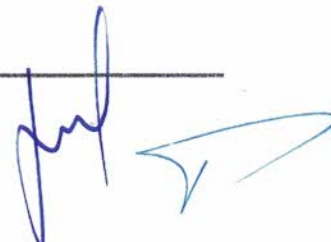
Tal exigência limitando em até 2 (duas) casas decimais inviabiliza a disputa de preços e restringe a competitividade do certame, uma vez que, se tratando de aquisição de impressões/folhas, as disputas dos lances, em sua maioria, com a aplicação dos 10% disposto no edital às empresas locais, ocorrem normalmente até na terceira casa decimal.

Inclusive, estabelecido pela Lei complementar nº 123/2006, complementada pela 147/2014, em seu artigo 48, §3º, vejamos:

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Com isto, a Câmara Municipal de Vereadores de Dois Vizinhos aprovou e foi sancionado pelo Prefeito a Lei nº 1994/2015, a qual institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte no âmbito do município, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei complementar (FEDERAL) nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e suas atualizações, o qual em seu artigo 34 estabelece:





# MASSIGNAN

Advogados Associados

Art. 34 Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº 123/06, art. 47).

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente (Lei Complementar nº 123/06, art. 42 a 49, na redação da LC 147/2014):

**§ 4º Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).**

De modo que, necessário se faz pela retificação do item 4.2 do edital, passando a admitir a disputa pelo valor unitário por frações de centavos com até três casas decimais, caso contrário, estaria em afronta com a própria Lei municipal que foi criada para beneficiar as empresas locais ME e EPP.

Não há coerência na limitação das casas decimais sendo que para aplicação dos 10% (dez por cento) aplicáveis relativo as empresas locais o numerário final acarretaria em 3 casas decimais.

Situação esta inclusive sempre aplicada na região em processos licitatórios, principalmente relativo a medicamentos. Inclusive, é entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que "A limitação de propostas e lances dos valores unitários dos itens em apenas duas casas decimais dificulta ou inviabiliza a fase competitiva do pregão eletrônico, principalmente nos itens com valor unitário ínfimo" (Representação nº 18/01133481), assim como é a





# MASSIGNAN

Advogados Associados

recomendação do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná  
(<http://www.mpc.pr.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-Administrativa-n%C2%BA-032-2020-Gua%C3%ADra.pdf>)

Trata-se de grave ofensa aos normativos que regem as contratações públicas, ferindo a lisura do certame, ao restringir seu caráter competitivo e não buscar a proposta mais vantajosa, conforme a previsão contida ao art. 3º da Lei nº. 8.666/93:

**“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”**

Nesse mesmo sentido, é a jurisprudência:

*“O objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade exigida da parte impetrante é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, que consiste na obtenção do menor preço (TJRS, 2ª Vara Cível, Processo nº 010/1.13.0036002-0, julgado em 31/03/2014)”*

Verifica-se que disputa dos itens considerando o valor unitário somente com duas casas decimais não é acertada, pois impossibilita a disputa por frações de centavos. Desta forma, imperiosa a modificação das cláusulas, com disputa pelo valor unitário por frações de centavos até 3 (três) casas decimais, com cláusula que preveja apenas essa opção.

### 3. DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer-se:

---

Rua Prudente de Moraes, n. 504, 1º andar, Dois Vizinhos – Estado do Paraná  
Rua Santos Dumont, 170, próximo a Maviclin, Centro, Itapejara D'Oeste  
E-mail: advmassignan@hotmail.com  
Telefone: (46)3536-5154 ou (46)3536-6463 – Dois Vizinhos  
(46) 3526-1215 – Itapejara D'Oeste



# MASSIGNAN

Advogados Associados

- a) O recebimento da presente impugnação, julgando-a procedente e alterando as previsões do edital;
- b) a modificação do item 4.2; 12.3.2; passando o a dispor da admissão da disputa pelo valor unitário por frações de centavos com até 3 (três) casas decimais;
- c) Que sejam comunicado o julgamento obrigatoriamente pelos e-mails megainformaticadv@gmail.com e advmassignan@hotmail.com, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Dois Vizinhos, 16 de Janeiro de 2023.

  
**CARLOS ANDRÉ MATEUS MASSIGNAN**  
OAB/PR 75033

  
**PAULO HENRIQUE LEIRIAS**  
OAB/PR 98541

  
**ITAMAR LUIS GUIMARÃES – EPP**